



DECORO PARLAMENTAR

Conselho de Ética
aprova perda
de mandato
de Luiz Argôlo | 2

Aprovado projeto que cancela política de participação social

Decreto presidencial rejeitado regulamenta conselhos que influenciam políticas públicas

Foram duas horas e meia para vencer a obstrução do PT, PCdoB e Psol, que tentaram impedir a votação. A oposição – apoiada por PMDB, PSD e outros partidos da base – argumenta que o decreto invade

prerrogativas do Congresso e pode significar uma tentativa de aparelhamento do Estado, já que toda a participação social será coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência. Texto vai ao Senado. | 3



LEIA ESTA
EDIÇÃO NO
CELULAR

Luis Macedo



Plebiscito sobre reforma não tem consenso

Presidentes da Câmara e do Senado são contrários à proposta defendida por Dilma Rousseff logo após as eleições

Apesar de a reforma política ser quase unanimidade entre os parlamentares, a ideia de consultar a população sobre os pontos que o Congresso deverá definir enfrenta resistências dos presidentes Henrique Alves,

Renan Calheiros e líderes da oposição e da base. Eles defendem um referendo, pelo qual o Congresso aprova as mudanças e depois ouve a população, que decide se as normas valerão ou não. | 4

DECORO PARLAMENTAR | Defesa do deputado ainda pode recorrer contra decisão

Lucio Bernardo Jr.



Marcos Rogério: provas apresentadas são adequadas para investigar conduta incompatível com o decoreto parlamentar

Conselho de Ética aprova parecer pela perda de mandato de Argôlo

O Conselho de Ética e Decoreto Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 13 votos a 4, o relatório do deputado Marcos Rogério (PDT-RO) pela perda de mandato do deputado Luiz Argôlo (SD-BA) por quebra de decoreto parlamentar.

Luiz Argôlo foi mencionado em reportagem da revista Veja como possível beneficiário de recursos ilícitos movimentados pelo doleiro Alberto Youssef, preso na operação Lava Jato, da Polícia Federal. Segundo a publicação, coube a Youssef transferir R\$ 120 mil para o chefe de gabinete de Argôlo e efetuar pagamentos em dinheiro de contas vinculadas ao deputado.

Sem provas concretas - Defensor da inocência de Argôlo, o deputado Wladimir Costa (SD-PA) afirmou que o relatório de Marcos Rogério “é inconsistente, por não apresentar provas concretas sobre

acusações de tráfico de influência e desvio de recursos, apenas a transcrição de denúncias caluniosas veiculadas pela mídia”.

O deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) também foi contrário à cassação e questionou o relator sobre a ausência de provas materiais, tais como vídeos que demonstrem o recebimento de moeda em espécie e comprovantes de depósitos na conta de Argôlo.

Vantagens ilícitas - Em resposta, o relator argumentou que há comprovantes sobre Transferência Eletrônica Disponível (TED) feitas a parentes de Argôlo, bem como a pessoas vinculadas ao parlamentar. Segundo ele, para caracterizar o crime de corrupção passiva, basta ser clara a intenção de receber vantagens financeiras ilícitas. “Dessa forma, as provas, que já são suficientes para iniciar investigação no âmbito penal, são também

adequadas para investigar conduta incompatível com o decoreto”, concluiu Marcos Rogério.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) votou a favor da perda de mandato de Argôlo e reforçou a necessidade de continuar as investigações. “Em nome daquilo que representamos, não podemos nos eximir do papel de investigar, e de fazê-lo principalmente diante do prejuízo às finanças e à imagem da Petrobras”, declarou.

Defesa - O advogado de Argôlo, Aluísio Lundgren, pediu “serenidade” na análise dos fatos. Ele afirmou que todas as provas já foram apresentadas pela defesa; no entanto, ainda não houve confirmação de qualquer tipo de ato ilícito durante a instrução processual.

A defesa ainda poderá recorrer da decisão, no prazo de cinco dias úteis, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Discussão de relatório contra Bethlem é adiada

Foi adiada para a próxima terça-feira pelo Conselho de Ética a discussão do relatório preliminar do deputado Paulo Freire (PR-SP) sobre o processo contra o deputado Rodrigo Bethlem (PMDB-RJ). Ele é acusado de desvio de recursos enquanto ocupava a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Como Mauro Lopes (PMDB-MG) pediu vista do processo por dois dias, não foi possível votar o texto ontem.

O requerimento para averiguação sobre suposta quebra de decoreto parlamentar foi proposto pelo Psol. Na justificativa, a legenda menciona a divulgação pela mídia de conversas telefônicas, em julho, que apontam possível recebimento de vantagens indevidas por Bethlem, enquanto ele estava licenciado do cargo na Câmara e ocupava a secretaria.

AGENDA

QUARTA-FEIRA
29 de outubro de 2014

Fármacos e saúde

A Comissão de Seguridade Social reúne-se para lançamento de livro e análise de relatórios de subcomissões sobre fármacos; e saúde de mulheres e crianças. Plenário 7, 9h30

Terrenos de marinha

A Comissão Especial Terrenos de Marinha (PL 5627/13) reúne-se para deliberação do parecer do relator. Plenário 11, 14h30

Petrobras

Reunião da CPI para ouvir José Carlos Cosenza, diretor de Abastecimento da estatal. Plenário 2, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Senado, 14h30



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT-SP)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Dourivan Lima

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

VOTAÇÃO | Projeto aprovado cancela decreto do governo que cria a Política Nacional de Participação Social

Plenário derruba decreto presidencial

O governo perdeu a primeira votação na Câmara dos Deputados depois da reeleição da presidente Dilma Rousseff. A oposição conseguiu o apoio de partidos da base, como PMDB e PP, para aprovar o projeto do líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), que susta o decreto que criou a Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/14). A decisão final será tomada pelo Senado, para onde seguirá o projeto (PDC 1491/14).

O decreto presidencial causa polêmica desde junho. Até mesmo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já chegou a se pro-

nunciar em Plenário contra a norma por considerar que ela invade prerrogativas do Congresso. Alves disse que a sessão que derrubou o decreto foi histórica e comemorou a “manifestação de altivez e democracia desta Casa”.

Apenas o PT, o PCdoB, o Psol e parte do Pros ficaram ao lado do governo e tentaram inviabilizar a votação com a apresentação de requerimentos – todos os demais partidos se uniram à oposição. Foram necessárias duas horas e meia de discussão para vencer a obstrução imposta pelos três partidos, mas o decreto presidencial acabou derrotado em uma

votação simbólica.

A líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), minimizou o resultado. “Estou vendo uma certa alegria no Plenário pela possibilidade de derrotar o decreto, como se isso fosse uma derrota retumbante do governo, mas depois da vitória retumbante da presidente Dilma isso é uma coisa menor”, disse. Para ela, o tema dos conselhos populares pode ser retomado em um projeto de lei.

Participação - O decreto que a Câmara sustou cria um sistema de participação chefiado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Estão previstos um conselho perma-

nente; comissões temáticas; conferências nacionais periódicas; uma ouvidoria pública federal; mesas de diálogo; fóruns interconselhos; audiências e consultas públicas; e ambiente virtual de participação social.

A intenção é permitir que as entidades influenciem as políticas e os programas de governo e consolidar a participação como um método de governo. Não agradou ao Congresso, no entanto, o ponto do decreto que dá ao secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o poder de indicar os integrantes das instâncias de participação e definir a forma de participação.



Henrique Alves: “sessão foi histórica e demonstrou altivez e democracia da Câmara”; apenas PT, PCdoB, Psol e parte do Pros foram favoráveis ao decreto presidencial

PT defende o texto; oposição aponta viés autoritário

Durante a discussão no Plenário da Câmara, deputados do PT e do Psol afirmaram várias vezes que a oposição pretendia criar um “terceiro turno eleitoral” em relação à votação do projeto para sustar o decreto de participação popular.

Para o líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), o decreto apenas fortalece um conjunto de conselhos. “Ele melhora e amplia a participação

da sociedade no controle da gestão pública”, declarou. É o mesmo argumento do vice-líder do PT, Afonso Florence (BA). “Não há uma linha sequer neste decreto que prove a subtração de prerrogativas do Legislativo. Ele fortalece a democracia, com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados, setores empresariais, acadêmicos, instituições de pesquisa”, opinou.

Já a oposição analisou o texto de forma diferente. O líder do DEM, Mendonça Filho (PE) disse que o texto tem viés autoritário. “Impõe, via decreto presidencial, um modelo de consulta à população que é definido pelo Poder Executivo. É uma forma autocrática, autoritária, passando por cima do Parlamento, do Congresso Nacional, da Casa do povo, de estabelecer mecanismos de ouvir

a sociedade”, criticou.

O líder do PSDB, Antonio Imbassahy (BA), disse que o decreto inverte a lógica da democracia representativa. “A presidente Dilma quer que a escolha dos representantes do povo seja feita pelo governo do PT.”

Para o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), os conselhos criados serão comandados “da antessala da Presidência da República”.

Luis Macedo

REFORMA POLÍTICA | Presidentes da Câmara e do Senado se dizem contra proposta

Ideia de plebiscito enfrenta resistências no Congresso

A proposta de um plebiscito sobre pontos para reforma política, defendida pela presidente Dilma Rousseff em discurso após a declaração da vitória pelo TSE, deve enfrentar grandes dificuldades no Congresso. Os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, além de líderes de partidos da base governista e da oposição já disseram não ser a favor da ideia de um plebiscito para a população definir a pauta de discussão sobre a reforma.

A maioria dos parlamentares defende um referendo para a população opinar se concorda ou não com o texto debatido no Congresso.

Obrigação do Congresso - O presidente Henrique Alves disse que o Congresso tem a obrigação de votar a reforma política, demanda da sociedade. “Essa pauta se impõe sobre as demais”, declarou. Para ele, a reforma deve primeiro ser votada pelo Congresso e a consulta à população ocorrer por meio de referendo. “Se estamos em um Parlamento eleito pelo voto popular para cuidar dessas coisas, por que não fazê-lo?”, indagou.

O senador Renan Calheiros disse que o mais importante é o Congresso aprovar novas regras para o jogo político. O modelo atual está falido e precisa mudar, disse.

A primeira vez que Dilma Rousseff propôs um plebiscito sobre re-



Nilson Bastian

No plebiscito, eleitor definiria antes os temas a serem votados pelo Congresso

forma política foi após as manifestações de junho de 2013, mas o assunto não prosperou. O deputado José Guimarães (PT-CE) chegou a apresentar um projeto (PDC 1258/13) – assinado também por PCdoB, PDT e PSB –, convocando o plebiscito.

Discussão técnica - A justificativa apontada pela maioria dos contrários ao plebiscito é a complexidade dos temas - como financiamento de campanhas, sistema eleitoral e coligações partidárias. “Jogar para um plebiscito pode levar uma discussão técnica, séria, que diz respeito à institucionalidade, para um movimento muitas vezes emocional que pode descam-

bar para o populismo”, disse o líder do DEM, Mendonça Filho (PE). O líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), afirmou que a elaboração de plebiscitos com temas tão complexos não seria a melhor solução. “A tentativa de substituição do Congresso em seu poder de legislar para consultas populares não é uma medida que, acredito, tenha apoio no Parlamento”, disse.

Já o líder do PT, Vicentinho (SP), defendeu que o povo possa decidir sobre temas da reforma política a serem debatidos no Congresso. “No referendo, o povo vai dizer amém ou não, sim ou não. No plebiscito, vai dizer o que deseja que esta Casa vote.”

Propostas divergentes impedem acordo para votar

Apesar de haver consenso sobre a necessidade de reformar o sistema político, há diferentes visões de como isso deveria acontecer. O líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), defende, por exemplo, a proposta de iniciativa popular chamada de Eleições Limpas (PL 6316/13). Elaborado por diversas entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o texto impede empresas de financiar campanhas eleitorais, autorizando apenas pessoas físicas a fazer doações de até R\$ 700. Além disso, o projeto criminaliza a prática de caixa dois, com punição de até oito anos de detenção.

Entre outros pontos, o texto também estabelece eleições em dois turnos para a Câmara. No primeiro turno, as pessoas votariam no partido; e, no segundo, voltariam às urnas para escolher, já com um número menor de candidatos, nomes de uma

lista pré-ordenada pelo partido.

Já o líder do PSDB, deputado Antonio Imbassahy (BA), aponta como mudança essencial a redução do número de partidos, para evitar legendas de aluguel, e defende o voto distrital.

Grupo de trabalho - O presidente Henrique Alves lembrou que a proposta (PEC 352/13) do Grupo de Trabalho da Reforma Política está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desde abril, mas não foi votada por obstrução do PT. “Não é apenas discurso de fazer, é na prática tomar posições para perder ou ganhar”, disse. O grupo elaborou uma proposta prevendo o fim da reeleição para presidente, governador e prefeitos e a coincidência das datas das eleições a cada quatro anos.

Em análise na CCJ, a PEC também propõe que as chamadas coligações

eleitorais terão que valer durante todo o mandato, convertidas em federações de partidos; e um teto de despesa para a campanha eleitoral, que será definido em lei pelo Congresso. O texto determina ainda a fixação em lei de um valor máximo para doações de pessoas físicas e jurídicas. Cada partido poderá optar pelo modo de financiamento, se privado, misto ou público.

Além dos debates no Parlamento, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Toffoli, afirmou na última semana que o tribunal discute propostas de reforma política para enviar ao Congresso Nacional.

Entre os temas a serem sugeridos estão o financiamento dos partidos e das campanhas, o horário eleitoral gratuito e questões como uma cláusula de desempenho e um limite para acesso ao fundo partidário.

DISCURSO

Cláudio Cajado diz que modelo está falido

O atual modelo político eleitoral está falido, disse em Plenário o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) que defendeu a reforma política. De acordo com o parlamentar, a prioridade da Casa para o próximo mandato devem ser as reformas estruturantes. “Se nós não tivermos a coragem de fazer essas reformas não terá valido a pena o sacrifício do processo eleitoral que todos enfrentamos. A reforma política, ao lado da tributária e da previdenciária, são temas colocados em todo início de mandato, mas ficamos anos a fio discutindo e nunca conseguimos chegar a um consenso final. O momento chegou, é agora, não podemos mais esperar.”

Para Claudio Cajado, a reforma política é “essencial” para resolver inúmeros problemas da Nação. Segundo ele, é preciso uma fiscalização efetiva das aplicações e despesas de campanha. “Nossa principal motivação é a decepção de muitos eleitores com o que está havendo no processo político. Se não resolvermos essa questão, nós é que seremos os culpados. Eu espero que a vontade política de mudarmos, principalmente em relação ao processo político-eleitoral, possa se manifestar efetivamente no próximo mandato. Faço este pronunciamento para chamar os deputados à responsabilidade, e para pautar um tema que considero da maior importância”, declarou.

O deputado afirmou que é preciso discutir temas como a coincidência das eleições, o fim da reeleição (inclusive para os mandatos parlamentares), as coligações, a cláusula de barreira e a representação proporcional. “Um Congresso, como nós temos, bicameral, pode ser colocado de forma unicameral? Temos que pautar todas essas discussões”, concluiu.

Gustavo Lima



Claudio Cajado: a reforma é “essencial”